

**“O SENHOR TÁ DANÇANDO ARMADO”:  
VIOLÊNCIA DE GÊNERO EM MOMENTOS DE LAZER NO ALTO SERTÃO  
PARAIBANO (1960 – 1980)**

**“THE LORD IS DANCING WITH AN ARMED”:  
GENDER-BASED VIOLENCE IN LEISURE TIMES IN THE HIGH LAND OF PARAIBAN  
(1960 – 1980)**

**VANESSA KELLY DE SOUSA NOBREGA<sup>117</sup>**



**Resumo**

O artigo apresenta uma análise a partir da história cultural e do estudo de gênero acerca dos conflitos ocorridos durante a realização das festividades conhecidas como “forró” nas zonas rurais do município de Pombal – PB, durante os anos de 1960 a 1980. Analisamos as relações de gênero exercidas nas festas rurais e as violências físicas e simbólicas sofridas por mulheres naquela época. Estudaram-se os códigos sociais que desencadearam as práticas de violência contra as mulheres num espaço público destinado a descontração, investigando como se dava as relações entre gêneros feminino e masculino em meados do século XX.

**Palavra-chave:** História da Paraíba; Gênero; Festa; Violência; Comunidade Rural.

**Abstract**

The article presents an analysis based on cultural history and the study of gender on the conflicts that occurred during the festivities known as "forró" in rural areas of the municipality of Pombal - PB, during the years 1960 to 1980. of gender exercised in rural parties and the physical and symbolic violence suffered by women at that time. The social codes that triggered the practices of violence against women in a public space intended for relaxation were studied, investigating how the relations between female and male genders occurred in the mid-twentieth century.

**Keyword:** History of Paraíba; Genre; Party; Violence; Rural Community.

**Introdução**

Dentro do debate da questão de gênero, um fato bastante polêmico chamou minha atenção em uma reportagem televisiva exibida no programa de notícias e foi responsável por fazer a ligação das práticas do tempo passado com o tempo presente<sup>118</sup>.

<sup>117</sup> Graduada em História pelo Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG-CFP). Com especialização em Etnologia Indígena pela Faculdade Venda do Imigrante (FAVENI). Realiza pesquisa na linha de História Cultural e Gênero sobre as relações entre gêneros nas festividades em comunidades rurais do município de Pombal-PB nos anos de 1960-1980. [vanessakellysn@hotmail.com](mailto:vanessakellysn@hotmail.com).

<sup>118</sup> Reportagem exibida no dia 25/06/2017 no programa jornalístico Fantástico, no canal da Rede Globo. Disponível em <http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2017/06/homem-entra-na-justica-contra-preco-menor-para-mulher-em-show-e-balada.html> acesso em: 08/07/2017.



No programa, um estudante do curso de graduação em Direito, Roberto Casali Júnior, entrou com um pedido de liminar contra uma casa de *show* devido o preço dos ingressos serem diferenciados de acordo com o “sexo”. A juíza Caroline Lima do Ministério da Justiça concedeu uma liminar favorável ao requerente, com base no argumento de igualdade de gênero do consumidor.

Diante da Constituição Brasileira de 1998, apresenta-se no seu Artigo 5º:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

- I- Homens e mulheres são iguais perante em direito e obrigações, nos termos desta constituição.<sup>119</sup>

Segundo Michel de Certeau (2000, p. 66), “Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político, e cultural [...] e é em função deste lugar que se instauram os métodos que se delinea uma topografia de interesses”. Surgiu, assim, o anseio por investigar as práticas de violência física e simbólica contra as mulheres dentro de um espaço de descontração chamado de “forró” ou “baile”.

A pesquisa se volta para o âmbito das festas, especificamente ao “forró”, no período que corresponde de 1960 a 1980, nas zonas rurais pertencentes ao município de Pombal – PB, lugar onde estou inserida; e objetiva analisar consequências de um comportamento frequente da época, ou seja, a violência contra a mulher dentro de um espaço de sociabilidade, que me fora narrado frequentemente.

É dentro desse contexto social que a pesquisa problematiza práticas que levaram a ocorrer inúmeros conflitos entre homens e mulheres, analisando quem eram as mulheres e homens naquele período, seus comportamentos, as formas de resistências em relação às agressões, buscando, através das relações estabelecidas entre gêneros da época, responder, segundo Certeau (2000), as transformações e permanências da prática humana em sociedade ao longo do tempo.

Para se analisar esse período, a fonte utilizada nessa pesquisa foi produzida através da metodologia da História Oral, possibilitando a elaboração de memórias que não ficaram registrados em forma de documentação oficial. Verena Alberti (2004)

<sup>119</sup> BRASIL. **Constituição da República Federal do Brasil**, de 05.10.1988. Brasília, 1988. Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) > acesso em 09/07/2017.



afirma que a fonte oral nos dá “acesso a histórias dentro da história”. O intuito da fonte oral é ter conhecimentos a partir de testemunhas sobre determinado fato, que nesse caso é sobre práticas recorrentes de violências contra mulheres nos “forrós”. Ouvimos os relatos de pessoas que ouviram contar ou presenciaram essas cenas.

O local pesquisado é o espaço designado para a realização dos chamados “forrós”, contudo, esse lugar de memória tem sua significação tanto na lembrança pessoal, como coletivamente. As entrevistas possibilitam ter o conhecimento a esses lugares de memória, além dos personagens e dos acontecimentos, evidenciando os fatos concretos ocorridos que desencadeou na produção de uma memória coletiva característica da zona rural que compreende os sítios Riachão, Estrelo e Juá, com agricultores e agricultoras moradores dessas localidades.

### **Botequim e a dança: uma questão de gênero**

Nos espaços festivos existia o “botequim”, local voltado para a venda de bebidas alcoólicas. Era o espaço onde as pessoas iam beber e o que hoje podemos considerar como o bar. Apenas os homens se dirigiam até o local, pois as mulheres não tinham o hábito de ingerir bebidas alcoólicas nesses espaços públicos. O local designado para o consumo de bebidas alcoólicas nessas festividades é um espaço masculino, mediante um discurso construtor sobre os papéis do feminino e do masculino. A mulher que se dirigisse ao local seria rodeada por discursos do masculino que a marcariam como mulheres que fugiam da regra social imposta.

A estrutura física do “botequim” era um local dentro do Pavilhão, produzido com madeiras retiradas da própria vegetação. Ficava um homem dentro desse espaço responsável por vender essas bebidas durante a realização das festas, uma espécie de garçom. E os homens se dirigiam ao local para comprar e consumir a bebida. Era o local onde mais ocorriam brigas nos forrós, pois os homens consumiam excessivamente bebida alcoólica. Nossa entrevistada Edileusa Dantas, moradora do sítio Juá, retrata um pouco sobre esse espaço:

*botequim era feito assim: tipo uma faxina, [...] eu alcancei feito faxina, cercada de cerca mesmo numas varas, aí o pessoal pedia por cima dessa faxina, aí iam beber e num tinha cadeira não, tinha que beber em pé bem pertin do botequim, chamava o botequim num era o bar não, era o botequim.*<sup>120</sup>

<sup>120</sup> Trecho da entrevista oral concedida por Edileusa Dantas Fernandes, 57 anos. Agricultora. Entrevista realizada no dia 29 de março de 2021, através do Google Meet, Pombal-PB



As bebidas alcoólicas presentes nesses forrós eram geladas na areia. Frequentemente aguava-se a areia, servindo para resfriar as bebidas que variavam entre cervejas, cachaças e licores. Rosália Alves de Oliveira Silva, 67 anos, entrevistada que viveu toda sua juventude na comunidade Riachão e atualmente reside na Bahia, relata sobre as bebidas existentes nessas festas: “*Oh minha fia, é, era todo tipo de bebida, era, era cerveja, tinha pinga, tinha toda bebida, [...] tinha cachaça, essa pitú, cerveja, conhaque, cortesã, jurubeba, menta, menta tinha, e licor*”.<sup>121</sup>

Percebemos em seus discursos que o consumo exagerado de bebidas alcoólicas ocasionava discussões e conflitos nesses momentos de lazer, e conseqüentemente atos violentos. Ao ingerir bebida alcoólica em excesso, os homens passam a terem alterações em suas formas de agir, atrelado aos fatores impostos das estruturas sociais do sistema patriarcal e machista, alguns desenvolvem comportamentos agressivos, que nesse caso, contra as mulheres.

Percebe-se ao longo das realizações das entrevistas que as festas são espaços de atuação do masculino, da afirmação de uma superioridade dos homens. A violência é parte desta masculinidade e a mulheres estão integradas a estes valores masculinos, seja em seu comportamento, seja nas disputas entre homens para consentimento nas danças.

Esses comportamentos agressivos aconteciam em dois momentos: brigas por motivos do uso de álcool entre os homens e por causa da honra do homem em relação às danças. Ambos os aspectos estão interligados e os que abordarei posteriormente.

Do ponto de vista de Cassia Maria, moradora da comunidade Riachão, um dos motivos que desencadeavam as confusões eram:

*A bebida, muita bebida. Muita cachaça porque o que mais tinha era a cachaça. Eles ficavam lá aquele monte de homem no pé do botequim, o botequim era um cercadinho, a faxina ficava o vendedor pra dentro da faxina e outra turma pra fora, aí ali tinha muído. Ali tinha cachaça menino [...] aí briga por conta de corte, por tudo. Vários fatores.*<sup>122</sup>

Notamos em seus discursos uma padronização em suas falas como o espaço do “botequim” sendo um local do masculino. Pierre Bourdieu (2002) em sua célebre obra “A dominação masculina”, descreve essas construções da estrutura de pensamento a respeito da elaboração dos papéis femininos e masculinos. Ele vai chamar de violência simbólica as estruturas de pensamentos enraizadas em uma sociedade. A dominação

<sup>121</sup> Trecho da entrevista oral concedida por Rosália Alves de Oliveira Silva, 67 anos. Agricultora. Entrevista realizada no dia 26 de março de 2021, através do Google Meet, Pombal-PB

<sup>122</sup> Trecho da entrevista oral concedida por Cassia Maria Ramos de Sousa Nobrega. 50 anos. Agricultora. Entrevista realizada em 02 abril de 2021, em sua residência no Sítio Riachão, município de Pombal-PB.



masculina nesses espaços festivos se legitima a partir de práticas de violências que nos discursos das entrevistadas aparece até de forma suave e muitas das vezes até de forma imperceptível, impensadas, pois a todo instante suas criações, a educação no âmbito familiar e demais instituições reguladoras reafirmam e legitimam seus comportamentos como corpos docilizados, que são naturalizadas desde a infância, e conseqüentemente desencadeia como formas de conceber o mundo.

Bourdieu (2002) afirma essa naturalização das construções sociais do “ser” feminino e masculino:

A divisão entre os sexos parece estar "na ordem das coisas", como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas (na casa, por exemplo, cujas partes são todas "sexuadas"), em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos habitus dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação. (BOURDIEU, 2002, p. 17).

E nesse aspecto, Bourdieu (2002) apresenta que essas construções sob os gêneros foram constituídas como uma dicotomia, o feminino em oposição ao masculino. São impostas limitações e disciplinarizações que reduz o papel da mulher perante a sociedade. A produção dos discursos e das ações, são elaboradas e reproduzidas nessas comunidades. Sob o ponto de vista Joan Scott (1990) percebemos que:

O termo "gênero" torna-se uma forma de indicar "construções culturais" - a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. (SCOTT, 1990, p.75).

Nessas comunidades o papel masculino era de ser o homem casado, responsável por trabalhar e prover a alimentação da família. Era o chefe da família. Nenhuma decisão era tomada em seu cotidiano se não fosse aprovada pelo marido/pai. Em síntese, Bourdieu (2002) vai afirmar que são símbolos enraizados que tanto os homens como as mulheres legitimam e naturalizam os códigos e normas direcionadas a cada gênero. Nesse caso a mulher é o símbolo da docilização, da infantilização mediante a forma de se comportar, de agir, a forma como devem ser tratadas. Enquanto os homens desde a infância são educados a conquistar espaços, a ser o símbolo da força física, da coragem, da virilidade. São ensinados a serem autoridades, chefes e detentores do poder e da “honra” masculina.

Bourdieu (2002) destaca os papéis atribuídos a cada gênero:

A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do



trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembleia ou de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres; ou, no interior desta, entre a parte masculina, com o salão, e a parte feminina, com o estábulo, a água e os vegetais; é a estrutura do tempo, a jornada, o ano agrário, ou o ciclo de vida, com momentos de ruptura, masculinos, e longos períodos de gestação, femininos. (BOURDIEU, 2002, p. 18).

Nesses espaços festivos não é diferente. A pesquisa evidencia diversas práticas que afirmam esse discurso. Aprofundando ao tema das danças, esses momentos de lazer e descontração geram nos indivíduos sentimentos de euforia, de liberdade e em vista disso, os homens muitas das vezes sentem-se no direito de exercer poder sobre os corpos femininos. Consequentemente vemos a naturalização em seus discursos sob as práticas de dominação masculina mediante ao momento festivo.

Esses discursos são afirmados e impostos mediante as construções sociais e a partir das diferenças biológicas entre os sexos, que ambas contribuíram para o enraizamento e consolidação da dominação masculina em várias vertentes femininas, não apenas em seu corpo, mas na sua concepção de se perceber como “seres inferiores”. Bourdieu (2002) enfatiza em sua obra que essas diferenças justificam essas relações de poderes, entre dominação e submissão:

A diferença biológica entre os sexos, isto é, entre o corpo masculino e o corpo feminino, e, especificamente, a diferença anatômica entre os órgãos sexuais, pode assim ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros e, principalmente, da divisão social do trabalho. (BOURDIEU, 2002, p. 20)

Em contato com os relatos orais, as entrevistadas deixam pistas de como as mulheres deveriam se comportar no momento da dança. A todo tempo percebemos a presença de códigos sociais que as mulheres deveriam respeitar em razão de não ferir a masculinidade do homem.

### **O “corte” e a negação ao homem**

O que chama mais a atenção nesses espaços é a presença da expressão “corte” em todos os relatos das entrevistadas durante as danças. Mas então, o que seria essa expressão “corte”?

No momento em que o sanfoneiro iniciava o forró, também dava início as danças. Nesse momento é onde reside minha maior inquietação diante do tema pesquisado. Nos voltaremos para as relações entre os gêneros feminino e masculino, onde os homens ou “cavalheiros” como frequentemente é chamado pelas entrevistadas,



convidavam as mulheres a dançarem. Existia um ritual que funcionava como uma obrigatoriedade às mulheres aceitarem o convite para a dança.

As mulheres poderiam negar a dança com os homens que estivessem alcoolizados, ou homens considerados “enxeridos”, isto é, que não respeitassem o distanciamento social com as mulheres durante as danças. Ou seja, podia-se negar o forró àqueles que rompessem com os códigos de comportamento social. Percebemos no discurso de Edileusa Dantas esses aspectos:

*Negava sim, po as vezes tinha bêbado aquele homem bêbado sabe, caindo por cima da pessoa, aí chamava eu pra dançar, aí eu dizia: nam essa parte eu não vou dançar não, vou dançar essa parte não. Porque tinha homem que além de bêbado era inchirido, tá entendendo? Não queria dançar com suas esposas, eu remendava e não dançava aquela parte.<sup>123</sup>*

É perceptível em sua fala que não existia uma padronização no perfil dos homens. Existiam homens solteiros que tinha comportamentos considerados mais “libertos”, isto é, abusivos; como também existiam os homens casados que tinham intenções de aproximação física com as mulheres durante as danças. Edileusa ainda reforça esse aspecto em seu relato:

*Tinha gente até mesmo solteiro eu não gostava de dançar com rapaz inchirido, tá entendendo? Porque tinha deles que era muito gabola, só dançava e dizia o que fazia e não fazia, no outro dia saía dizendo. Eu não gostava de dançar com esse tipo de gente.<sup>124</sup>*

Quando a entrevistada diz a expressão “gabola”, ela se refere aos homens que tinha comportamentos abusivos na hora de dançar, que poderia ser da sua fala, com expressões que eram desconfortáveis, que inferiam o direito e faltavam com o respeito às mulheres, ou na prática de gestos obscenos durante o movimento da dança.

Cassia Maria relata os motivos que as mulheres alegavam não querer dançar com algum homem nessas festas: “*Eu acho assim, pelo motivo deles agarrar, por se esfregar nelas, se agarrar mesmo e outra, bêbado, casado, era sempre esses motivos. Tinha muito inxiridos*”.<sup>125</sup>

O “corte” acontecia quando o homem convidava a mulher para dançar uma música e a mulher, pelos motivos citados acima, se negava a dançar com aquele “cavalheiro”. Mas se durante a mesma música outro homem também a convidasse para dançar e ela aceitasse, estaria realizando o “corte”. Chamava-se “cortou o cavalheiro” e

<sup>123</sup> Trecho da entrevista oral concedida por Edileusa Dantas Fernandes, 57 anos. Agricultora. Entrevista realizada no dia 29 de março de 2021, através do Google Meet, Pombal-PB

<sup>124</sup> *Idem.*

<sup>125</sup> Trecho da entrevista oral concedida por Cassia Maria Ramos de Sousa Nobrega, 50 anos. Agricultora. Entrevista realizada em 02 abril de 2021, em sua residência no Sítio Riachão, município de Pombal-PB.



diante disso iniciavam-se os conflitos como agressões físicas, tanto entre o homem que tinha sido rejeitado e o homem com quem a mulher aceitou dançar, como as mulheres também eram agredidas fisicamente, verbalmente, oprimidas e constrangidas em público.

No relato oral, Rosália Alves enfatiza o que era o “corte” e como era visto em sua época as relações de gênero durante as danças nas festas:

*O corte é, você por acaso o cara me chamava, eu não ia, aí eu ia com outro, aí era o corte, tava cortando aquela pessoa que me chamou primeiro. Aí aquele que me chamou primeiro eu não fui com ele, fui com outra pessoa, ele achava que eu tava desfazendo dele né? Tava se desfazendo dele.*<sup>126</sup>

Mais uma vez percebemos em seus discursos a legitimação de um sistema de dominação masculina sobre as mulheres. A todo momento vemos em suas falas a preocupação em manter a ordem social e a integridade da “honra” masculina e sua virilidade, além do temor das mulheres em romper com esses códigos morais e consequentemente ficarem mal vistas ou mal faladas.

Nesse aspecto, Bourdieu (2002) reforça:

virilidade, em seu aspecto ético mesmo, isto é, enquanto equidade do vir, virtus, questão de honra (nif), princípio da conservação e do aumento da honra, mantém-se indissociável, pelo menos tacitamente, da virilidade física, através, sobretudo, das provas de potência sexual. (BOURDIEU, 2002, p. 20)

Segundo Maria Nobrega, alguns homens infligiam o respeito às mulheres com frequência nessas festividades. Entretanto, nesse período e nas comunidades estudadas, ao dançar com os corpos aproximados demasiadamente e consequentemente os homens tivessem uma ereção, era comentado pela comunidade como um comportamento impróprio para o espaço destinado a descontração de todo o público.

*Respeito toda vida existiu, e falta de respeito também toda vida existiu. Eu via Zé Pereira, meu tio, um dia chegou na casa véia ali, na sala da casa véia, a gente tinha ido um baile de noite, eu num lembra, que eu era mais nova, num lembra mais não. Aí ele tava mais mãe, pai, tudo conversando, relatando as coisas do baile aí Zé Pereira disse “mas tinha caba com a espiga de mie no bolso dançando”, aí mãe: “crie vergonha Zé Pereira! Você num ta vendo a menina aí não?”. A espiga era que tava armado né, aí ele disse: “tá, é a espiga de mie no bolso!”, aí botou a mão mesmo assim pra despistar. Tinha os mais saídos e tinha os mais quietos, que respeitavam.*<sup>127</sup>

<sup>126</sup> Trecho da entrevista oral concedida por Rosália Alves de Oliveira Silva, 67 anos. Agricultora. Entrevista realizada no dia 26 de março de 2021, através do Google Meet, Pombal-PB

<sup>127</sup> Trecho da entrevista oral concedida por Maria Nobrega Lima. 75 anos. Agricultora aposentada. Entrevista realizada em 02 abril de 2021, em sua residência no Sítio Riachão, município de Pombal-PB.



Interessante atentarmos para o relato e entender que a expressão “*espiga de mie no bolso*”<sup>128</sup> possui uma ambiguidade ao fazer referência a espiga de milho com o pênis do homem ereto. Ou seja, criam-se códigos de linguagem e expressões para comentarem e se referirem a essa violência simbólica, aos comportamentos “libertos” de alguns homens com as mulheres.

Percebemos também no discurso dos pais e do tio de Maria Nobrega que não eram apenas as mulheres que seguiam uma disciplinarização dos corpos. Os homens também passavam por esse processo. Mas observamos que o olhar da disciplinarização recaía e prevalecia especialmente sobre a mulher, numa análise social para não realizar determinadas ações e condutas para não “provocar” o desejo aos homens. De acordo com Bourdieu (2002, p.23) o homem naturalizou “até tirar partido do estado minimizado do sexo masculino para afirmar a superioridade do sexo feminino”.

O título da música do Trio Nordestino (1997), “Forró desarmado”, a frase “O senhor tá dançando armado” remete-se também a essa ambiguidade, tanto por ser presente na sociedade homens frequentando essas festividades armados com armas de fogo ou facas. Como a partir do contato com os relatos dos moradores dessas comunidades em relação a abusos sexuais durante as danças, entende-se que o “dançar armado” descrito na música aparece como uma forma de denúncia de atos desrespeitosos dos homens com as mulheres.

*“Pode dançar a noite inteira, até amanhecer o dia  
Por que a nossa brincadeira, é uma eterna alegria  
Mas o senhor não tem respeito, é um homem mal educado  
Sabe que não é de direito, o senhor tá dançando armado  
O senhor tá dançando armado, o senhor tá dançando armado  
O senhor tá dançando armado, nós vamos dizer pro delegado  
Todo mundo se desarmou, prá poder dançar com mais jeito  
A mulherada até que gostou, achou isso muito bem feito  
Só o senhor tá desconforme, então vai ser logo encanado  
Porque a polícia não dorme, e nós vamos dizer pro delegado  
O senhor tá dançando armado, o senhor tá dançando armado  
O senhor tá dançando armado, nós vamos dizer pro delegado”<sup>129</sup>*

<sup>128</sup> Trecho da entrevista oral concedida por Maria Nobrega Lima. 75 anos. Agricultora aposentada. Entrevista realizada em 02 abril de 2021, em sua residência no Sítio Riachão, município de Pombal-PB.

<sup>129</sup> TRIO NORDESTINO. **Forró desarmado**. Os rouxinhos da Bahia. Gravadora Copacabana, 1978.



Na primeira estrofe, podemos perceber que a composição da música faz referência a descontração como uma brincadeira, um momento de lazer como se ocorresse tudo na normalidade e que poderia encerrar apenas ao amanhecer do dia. Além de chamar a atenção para o senhor que não tem respeito, possivelmente com as mulheres por estar dançando armado, que nesse caso pode ser armado de revólver ou fazendo referência ao pênis ereto. E ambos remetem às formas de violência masculina no forró, e em seguida avisando que vai denunciar ao delegado por esse homem estar rompendo com os códigos sociais.

Na segunda estrofe a música fala que as mulheres gostaram da nova regra, dos homens dançarem desarmados, e que esse tipo de comportamento não é mais aceito diante daquele momento de festividade. A música foi lançada posteriormente ao período histórico em que essa pesquisa analisa as relações sociais e de gênero nesses “forrós” como momento de lazer. E não deixa de ser uma representação das formas de violência masculina nos espaços festivos da comunidade.

Ao relacionarmos os relatos orais e mediante o estudo da teoria de Pierre Bourdieu (2002), entendemos o significado da violência simbólica como a naturalização de uma imposição e submissão das práticas femininas. Quando indagado às entrevistadas se elas poderiam se negar a dançar, percebe-se uma dualidade em suas falas. As mulheres até poderiam se negar, mas ao mesmo tempo, com receio de se envolverem em uma polêmica, sofrerem violências, abusos físicos e psicológicos, elas aceitavam dançar, mesmo que contra a própria vontade, por medo de julgamentos ou desentendimentos.

O medo em negar a dança, assume como uma forma de violência. A mulher não tem outra saída, a todo momento é violentada em suas escolhas, seja no momento que aceita a dança, ou no momento da negação.

Maria Nobrega relata ao ser questionada se as mulheres eram obrigadas a dançarem:

*Era, se ela tava dançando no baile, era! Chamou, ia. Se não fosse já fazia a confusão. Tinha deles que não dizia nada, e outros ficavam pastorando no aceiro do pavilhão, se ela saísse com outro, aí.. na mesma música, já na outra parte num era mais cortado. É só naquela que ele chamou.*<sup>130</sup>

Se a mulher aceitasse dançar com outro homem, era tido por essa sociedade patriarcal como uma ofensa à masculinidade e à honra do homem. Ele afirmava-se

<sup>130</sup> Trecho da entrevista oral concedida por Maria Nobrega Lima. 75 anos. Agricultora aposentada. Entrevista realizada em 02 abril de 2021, em sua residência no Sítio Riachão, município de Pombal-PB.



como o macho viril que detinha poder sobre as relações, sobre as mulheres e seus corpos. As mulheres a todo momento deveriam seguir regras que não rompessem os códigos morais masculinos, e principalmente aceitar as imposições das ações sociais sobre seus corpos.

É isso que Bourdieu (2002) caracteriza como violência simbólica: aquela estrutura de pensamento; e nos casos aqui apresentados, das práticas que são instituídas, aceitas e inquestionáveis. As mulheres naturalizaram esse discurso, e são repassados por gerações como a forma correta de agir perante o homem. A exemplo dessa afirmação vemos um trecho dos ensinamentos que a mãe da entrevistada Cassia Maria aconselhava: “quando saia de casa mãe dizia: “*não nega a dança*” (risos), “*não nega a dança mode a confusão*”. Pra evitar a briga né?”.<sup>131</sup>

### **Violência física e simbólica**

Em relação à violência no Brasil, esse é um tema ainda mais presente nos debates de políticas públicas, pois o discurso sobre violência, segundo Alba Zaluar (1998):

Passou a fazer parte das conversas cotidianas na casa, na rua, na escola, nos estabelecimentos comerciais, nos jornais, nas rádios, em todos os canais de televisão, nos inquéritos e processos judiciais, onde quer que se comente o que acontecia e o que poderia acontecer. (ZALUAR, 1998, p. 246).

O conceito de violência tem sido usado de forma banalizada, esquecendo-se das estruturas que ocasionam e justificam tais práticas. É aquilo que Alba Zaluar (1998) apresenta como um discurso de caráter ideológico onde “o adjetivo violento é utilizado sistematicamente para caracterizar o outro” (ZALUAR, 1998, p. 248). No entanto, sua visão acerca da violência prioriza esse discurso através da mídia, mostrando seus efeitos e os números de violência em diversas áreas.

Assim, a violência contra as mulheres dentro desses espaços de lazer acontecia mediante as mulheres quebrarem as regras impostas sobre não poder dançar com outros homens, caso tivesse rejeitado o primeiro homem que a convidou. Vemos que existiam mulheres que não concordavam com essas imposições e aceitavam o convite para dançar com outro. Entretanto, nesse momento o homem rejeitado sentia-se “ofendido”

<sup>131</sup> Trecho da entrevista oral concedida por Cassia Maria Ramos de Sousa Nobrega. 50 anos. Agricultora. Entrevista realizada em 02 abril de 2021, em sua residência no Sítio Riachão, município de Pombal-PB.



por ferir sua “honra” e sua “masculinidade” e havia perdido a “dama” para outro homem.

Baseado nesses discursos de superioridade, da manutenção da “honra” masculina que Bourdieu (2002) afirma ser naturalizada por ambos os gêneros a disciplinarização dos corpos. A elas estava atrelada a normatização de não se negar ao homem. E isso foi se enraizando nas construções sociais e como percepção de mundo tanto para essas mulheres que eram oprimidas, como para os homens que cada vez mais afirmavam essa superioridade sob as mulheres.

Através do relato oral de Edileusa Dantas percebemos essa naturalização, mesmo ela não tendo presenciando tal violência contra a mulher nesse momento de negação ao homem. Sua tia usava o caso de uma moradora da comunidade de Estrêlo, que havia sofrido violência por realizar o “corte”, como exemplaridade de como não agir:

*minha tia contava muito e quando a gente ia pra as festas, ela dizia “olhe não corte cavalheiros, porque a filha de Corma, irmã de Cícero de Dalva, é Ana de Corma uma vez cortou um cavalheiro e foi dançar com outro, quando ela foi passando o cara meteu a mão na cara dela, puxou ela, deu uma mãozada na cara dela, botou ela pra sentar e falou: “aqui hoje você não dança mais, e ela não dançou mais não. Porque ela tinha cortado ele e não podia dançar com outra pessoa. Ela não dançou e foi dançar com outra pessoa, aí ele se sentiu ofendido né? Aí ele deu na cara dela, deu na cara dela! Botou ela pra sentar, amanheceu o dia e ela não dançou mais com ninguém. A minha tia sempre falava isso para nós.”<sup>132</sup>*

A negação a um homem vem atrelada ao castigo do feminino: não dançar. Aceitar outro convite para aquela música seria uma ofensa à masculinidade do primeiro galanteador. Isso é uma forma de violência sobre o feminino.

Conhecemos outro relato de uma agressão física a uma moradora da comunidade Juá após realizar o “corte” no cavalheiro que a tinha convidado a dançar. Maria Nobrega também relata que não presenciou a cena, mas que esse caso repercutiu em todas as comunidades. A entrevistada fala que as mulheres podiam cortar, que inclusive existiam em grande quantidade mulheres que “cortavam” os homens. Era uma prática frequente:

*Cortava bastante, tinha delas que cortava e era muito. Agora só não saia naquela parte pra evitar confusão. Quando começava na outra parte em diante ela podia dançar, agora tinha cavalheiro que era nojento, como Antoin Branco fez com Rubenita, é o único caso que conheço que via Zé Pereira mais Amélia contar. Ela cortou esse Antoin Branco, ele convidou ela pra dançar, ela disse que não ia, aí saiu com outro, aí também ele só fez*

<sup>132</sup> Trecho da entrevista oral concedida por Edileusa Dantas Fernandes, 57 anos. Agricultora. Entrevista realizada no dia 29 de março de 2021, através do Google Meet, Pombal-PB



*avuar no cabelo dela e levou pra cozinha e disse que ela ia passar a noite na cozinha e num saia mais lá fora. Num passou porque Amélia mais Zé Pereira pegaram ela e foram se embora com ela.*<sup>133</sup>

Os moradores seguiam o código do patriarcalismo. Um patriarcalismo que legitima as ações e imposições cotidianas sobre a mulher através de construções sociais, culturais e representações da supremacia masculina: o poder do homem em diversos aspectos na sociedade.

Maria Nobrega também relata que sempre existiu esse medo em negar a dança a algum homem, embora seus pais nunca a permitisse dançar pelo motivo de não deixar sua única filha se envolver em confusões ou ficasse “falada” (marcada em sua honra feminina) mediante a sociedade. Ao ser questionada se existia uma forma de conduta de como dançar, ou se seus pais consentiam que ela dançasse durante essas festas, Maria Nobrega descreve:

*Não! Não era em todo canto não. Eu dançava alguma parte, eu não era moça dançadeira de forró não. Eu dançava alguma parte, com alguma pessoa conhecida. Pai mais mãe nunca consentiram eu dançar não. Ora no casamento da fia de Chico Cãindo, foi obrigada ar menina ali da Pedra Branca pedir de dia, pra deixar eu dançar, que eles não queria deixar eu dançar. Eu dancei depois que casei. Tempo de solteira não.[...] Quando eu ia pra o forró era só olhar, eu ia só olhar, eu num dançava muito não. Eu não dançava porque meus pais não deixava, num era porque num quisesse não. Vontade tinha, ora mais se tinha. Quê que eu ia ver no forró e passar a noite todinha de braço encruzado no aceiro do pavilhão olhando os outros dançar. Coisa sem graça! Quando eu casei que comecei a dançar com Rosil, ai não dançava.*<sup>134</sup>

Em sua fala, ao dizer que ela “não era moça dançadeira”, implica dizer que nesse período, década de 1960, existiam outras mulheres que tinham o hábito de dançarem e não serem reprimidas pelos pais, eram mais livres para dançarem. Mas vemos que seus pais controlavam sua filha para não dançar, baseado em exemplos de outras mulheres que eram mais “libertas” para dançarem. Pois a dança, nesse momento, assumia a função de uma expressão corporal perigosa para colocar a “honra” dessas meninas em risco. Os pais buscavam evitar o despertar, nessas meninas, de uma libido, o considerado perigoso desejo do contato físico durante os movimentos nas danças, por ser visto como algo errado.

Ainda ao analisamos esse relato, percebe-se que a entrevistada tinha o desejo de dançar, que não fazia sentindo ir a um forró e não dançar, pois esse era o objetivo das festividades realizadas nessas comunidades. Mesmo ela tendo essa vontade de dançar, a

<sup>133</sup> Trecho da entrevista oral concedida por Maria Nobrega Lima. 75 anos. Agricultora aposentada. Entrevista realizada em 02 abril de 2021, em sua residência no Sítio Riachão, município de Pombal-PB.

<sup>134</sup> *Idem.*



dança era reprimida por dois fatores: primeiro por colocar a sua “honra” em risco; e de toda sua família sofrer com os comentários sobre sua reputação social, sobre sua dignidade como mulher casta e religiosa. E em segundo, devido ao temor dos homens dançarem “armados”, com “corpos colados”, provocadores do desejo. As mães poderiam reprimir suas filhas, ainda, pelo fato da manutenção de sua “honra”, isto é, do não despertar o desejo de uma sexualidade nas próprias filhas por estarem carregadas do estigma da “pureza”, direcionada a casar e se relacionar apenas com um homem. Era esse o modelo de sociedade reproduzido e controlado dentro do pavilhão.

Já durante a década de 1970 e 1980 percebe-se uma modificação nessas relações. Mas ainda permanecia o medo do “cortar” devido aos relatos das comunidades da existência de um passado de violência contra as mulheres nessas festas, fosse física ou simbólica. Vemos nos relatos das entrevistadas que os pais já permitiam suas filhas dançarem, mas os modelos de comportamento ainda continuavam os mesmos. Rosália Alves, por exemplo, nos conta sobre seus pais permitirem que ela dançasse:

*Não, eles se importavam não, só que era assim, tinha canto que eles não queria que eu fosse, nem queria deixar eu ir. Tinha canto que eles não queria que eu fosse e eu teimava e ia. Pai num se importava muito não, era mais mãe [...] falava pra ter cuidado pra não caçar briga, pra não ter confusão, dançar com os cavaleiros direito e respeitar os cavaleiros.<sup>135</sup>*

Esses modos de valores no sertão mudam de uma família para outra, de uma comunidade para outra. Num período de dez anos conseguimos perceber a mudança desses comportamentos, dessas formas de conduta. Mas isso não implica dizer que na década de 1970 os códigos sociais do forró eram livres para todas as mulheres. Elas ainda estavam rodeadas pelo discurso da honra e do pudor. Porém algumas famílias já davam uma maior liberdade às suas filhas. Não existe uma ruptura significativa, são mudanças sutis e lentas ao passar dos anos.

Então vemos uma caracterização para a dança. Ela passa a ser tida como algo que pode arriscar a “honra” da mulher e pô-la em perigo. Dançar com homens com os quais elas não estão comprometidas é uma ameaça à virilidade do noivo ou do marido, assim como dever-se-ia evitar a todo o momento colocar em risco a pureza e a imagem da mulher. Assim, os pais e as mães reprimem esse desejo das filhas de poderem dançar com quem e como elas desejavam. É um corpo que está sendo docilizado pelos

<sup>135</sup> Trecho da entrevista oral concedida por Rosália Alves de Oliveira Silva, 67 anos. Agricultora. Entrevista realizada no dia 26 de março de 2021, através do Google Meet, Pombal-PB



discursos, disciplinadas a aceitarem as imposições com o objetivo de manter aquela identidade de mulher “honrada” e casta.

As relações de gênero nesse momento estão imbrincadas nas relações sociais. Elas são determinadas dentro das casas, nas relações familiares, ou em espaços de lazer como nas danças do Pavilhão. Essas relações se estendem, portanto, para dentro do espaço do Pavilhão. Foi construído todo um sistema de valores, de dominação, de condutas que devem ser seguidas, definindo e ditando os papéis das mulheres, com quem e como as mulheres poderia dançar nesses forrós.

É isso o que Joan Scott (1990) conceitua como gênero: as construções que ditam como as relações sociais devem acontecer. Elas moldam a família, as posturas, as condutas do homem e da mulher dentro do Pavilhão. Scott (1990) afirma que essas relações de gênero só podem ser entendidas ligadas às relações de poder, às relações políticas.

De acordo com Camurça (2007, p. 20), existem mecanismos que sustentam e legitimam o sistema de dominação característico do sistema patriarcal:

1. A prática da violência contra as mulheres para subjugar-las;
2. O controle sobre o corpo, a sexualidade e a vida reprodutiva das mulheres;
3. A manutenção das mulheres em situação de dependência econômica e
4. A manutenção, no âmbito do sistema político e práticas sociais, de interdição à participação das mulheres. (apud FEITOSA, LIMA e MEDEIROS, 2010, p. 04).

O sistema patriarcal se consolidou na afirmação da ideologia de dominação e superioridade masculina perante a mulher. A sociedade em que vivemos é masculinizada. E nos espaços de diversão não é diferente, são espaços sexistas, da visibilidade do masculino, em que as mulheres são parte integrada para reforçar este lugar de poder do homem.

Nos relatos das entrevistadas sempre foi citada uma prática de violência contra a mulher que assusta por se impor ao coletivo. Cassia Maria, ao descrever que sua mãe frequentou vários “forrós” e que presenciou diversas brigas e violência contra as mulheres durante essas festividades, conta que:

*Quando minha mãe falava pra mim que na época que ela ia os forrós tinha violência física, tinha puxão de cabelo, tinha ameaça de cortar o cabelo da moça, tinha de botar ela lá num canto a noite todinha e ela não saia mais de lá, sentada numa cadeira lá fora o tempo todinho. Com minha mãe mesmo aconteceu, ela falava pra mim que aconteceu. Ela nem dançava, que ela nunca dançou, mas por conta da irmã dela as três teve que passar a noite ali*



*sentadinha sem sair do canto. A irmã dela cortou um cavalheiro e ele botou ela lá e elas três sem ninguém sair, mesmo mãe nunca ter dançado.*<sup>136</sup>

Em seu relato, notamos os dois tipos de violência em uma única fala. Primeiro quando a colaboradora retrata que existia violência física como “puxão de cabelo” e ameaças de “cortar o cabelo da moça”. Nesse depoimento entendemos que o cortar o cabelo como castigo por se negar a dançar com algum homem, era uma forma de ferir um símbolo de feminilidade dessas mulheres. Seria uma agressão tanto física, como simbólica, fazendo com que a mulher se sinta humilhada perante a sociedade ao cortar aquilo que as mulheres tinham como símbolo do feminino, ou seja, os cabelos longos.

São criados estigmas sob a imagem da mulher, tanto em relação às suas vestimentas, seus comportamentos, e como nesse caso, sobre seu signo de beleza. O cabelo feminino sempre foi ligado à imagem de um cabelo grande, simbolizando a sensualidade da mulher. Nisso vemos as criações dos papéis sociais do que vem a ser o gênero “feminino”, suas construções como a mulher sendo símbolo de beleza e de sensualidade. E cortar o cabelo dessas mulheres era uma forma de oprimir, intimidar, e principalmente diminuir a sua autoestima. Mais uma vez firma-se a violência sob diversas vertentes, sejam elas simbólicas, psicológicas e físicas (sexuais).

Outro aspecto que desperta interesse por entender essas práticas abusivas, era o fator que se uma mulher cortasse um homem na dança, as suas irmãs que não realizaram o “corte” também sofreriam consequências. Esta prática torna-se uma forma de exemplaridade para as demais mulheres não cometerem o mesmo “erro” que ela. Além disso, vale salientar que era frequente os homens andarem armados, principalmente com armas brancas, nesse período estudado, aumentando o temor das violências físicas e as ameaças do corte de cabelos com facas, chamada pelas entrevistadas de “peixeira”.

Edileusa Dantas relata em seu depoimento como era comum os homens se dirigiam a essas festas armados:

*Ah minha fia, andava, quando não era com revolve, era com uma faca e puxava na briga. Nos baile quando tava tudo embriagado brigava de faca, outros puxava o revolve aí já ia aquela equipe e tomava o revolver, já tomava a faca. Eu vi muito, corri muito, corri quando puxava um revolve ou uma faca eu perna pra quem te quer! (risos).*<sup>137</sup>

<sup>136</sup> Trecho da entrevista oral concedida por Cassia Maria Ramos de Sousa Nobrega, 50 anos. Agricultora. Entrevista realizada em 02 abril de 2021, em sua residência no Sítio Riachão, município de Pombal-PB.

<sup>137</sup> Trecho da entrevista oral concedida por Edileusa Dantas Fernandes, 57 anos. Agricultora. Entrevista realizada no dia 29 de março de 2021, através do Google Meet, Pombal-PB



Nessas festas, não é relatado a presença de polícia para preservar a ordem ou proteger essas mulheres de violência. Quando ocorriam brigas, os próprios frequentadores eram os que se encarregavam de apaziguar os conflitos. Mas nos atentamos para a fala da entrevistada Maria Nobrega, ao relatar sobre como os pais reagiam quando viam suas filhas sendo agredidas:

*Ah, tirava pra fora, tirava pra fora e num deixava mais dançar. Outros iam se bora. Era difícil eles brigarem, era mais fácil a mãe, porque de primeiro quem mais, nesse povo de idade quem mais ia pra o baile com as fias era ar mãe. Olhe quando começava dá briga em baile, as mãe, só só via ar mãe no mei do pavilhão catando as fias, as filhas e as outras vizinhas que tinha ido com ela e tirava.<sup>138</sup>*

Percebemos que quando eram as mulheres que eram agredidas ou entravam em conflitos, os pais evitavam se envolver nas brigas, pois podemos entender que aquela agressão era justificada, pois os discursos dessa sociedade patriarcal giram em torno da ideia de quem errou foi a mulher que disse o “não” ao homem.

Vale salientar, que as mães acompanhavam as filhas às festas. Elas eram a própria vigilância da honra da família. As mães eram responsáveis por exercer o papel de garantir o olhar panóptico e disciplinar, pois, caso as mães fracassassem na missão de proteger essa honra, elas carregavam a responsabilidade pela mácula na família.

### **“Quando a dama corta o cavalheiro”: uma forma de resistências e fugas femininas**

“Cabe ressaltar, que se, por um lado, o patriarcado coloca, ao longo da história, em mãos masculinas o poder, por outro, encontra o seu antagonismo na resistência das mulheres feministas.” (FEITOSA, LIMA e MEDEIROS, 2010, p.01). Vemos nos discursos das entrevistadas que o sistema em si era extremamente abusivo com as mulheres nas relações sociais e de gênero. Mas existiam mulheres que não aceitavam essa dominação masculina no momento de dançar.

Existiam a presença de mulheres que corriqueiramente “cortavam” os “cavalheiros” ao dizer que não iriam dançar com eles naquela música. E a partir disso eram criados meio estratégicos para evitar confrontos e, conseqüentemente, abusos físicos e até mesmo sexuais. Essas resistências não possuíam a mesma conformação de movimentos feministas em busca por direitos iguais e dignidade perante a lei, ou na luta por espaços no debate político. As mulheres aqui estudadas possuíam ações mais imediatas, ao fugirem de abusos e violências no momento de descontração.

<sup>138</sup> Trecho da entrevista oral concedida por Maria Nobrega Lima. 75 anos. Agricultora aposentada. Entrevista realizada em 02 abril de 2021, em sua residência no Sítio Riachão, município de Pombal-PB.



Faz necessário evidenciar que mediante os relatos orais das entrevistadas, percebemos a ausência de uma reação mais ativa das mulheres diante das violências sofridas. As mulheres sempre apareceram no lugar de submissão, obedecendo as ordens e imposições de uma sociedade patriarcal. Ou seja, não existiam mulheres que contestavam essas violências.

A entrevistada Edileusa Dantas descreve que não concordava da mulher se negar a dança e na mesma música dançar com outro. Para ela, não era uma prática aceitável para se realizar com um homem. Edileusa relata:

*Eu não achava não, porque na minha época eu não achava normal por causa que poderia dar uma confusão, eu nunca gostei sabe, eu me assujeitava a dançar com todo mundo sabe, menos com o bêbado, com o bêbado eu não dançava não. Quando ele vinha pro meu lado eu já ia lá pra o escurin pra o Pavilhão e dançava com outra pessoa, aí também tinha essa questão: era Gilson de Assis Birú, era na minha época, Gilson, Naldo de Maroli, esses meninos da minha época num sabe, aí pro bêbado não chamar mais a gente já pegava na mão dos meninos “vamos dançar” a gente mesmo chamava o cavalheiro, com os conhecidos né?<sup>139</sup>*

Em sua fala compreendemos que o corte, se apresenta como uma fuga para evitar constrangimentos. Notamos que ao negar uma dança, ela se escondia em pontos pouco iluminados do Pavilhão para evitar ser vista por outros homens e não aceitar outro convite durante certos momentos do forró e, assim, desviar de uma possível confusão. Seria uma submissão a dominação masculina, em decorrência do temor que essas mulheres tinham de se envolverem em confusão.

Um outro meio de escapar da obrigatoriedade em dançar com homens não desejáveis, a colaboradora Edileusa relata que chamavam os amigos mais próximos para dançar, mesmo contrariando a regra social comum nessa época: o homem era quem convidava a mulher. Ela cita que as próprias mulheres convidavam os amigos mais íntimos para dançar devido o receio que elas tinham de serem chamadas por homens “bêbados e enxeridos”, e assim evitar de serem assediadas.

Rosália Alves reafirma a fala de Edileusa:

*[...] Tinha umas que se escondiam, tinha outras que ficavam com medo e não ia. Entrava pra dentro de casa e ficava lá dentro escondida pra o cara não chamar ela pra dançar, por que tinha uns que eram muito persistentes, ficavam insistindo pra pessoa ir.<sup>140</sup>*

<sup>139</sup> Trecho da entrevista oral concedida por Edileusa Dantas Fernandes, 57 anos. Agricultora. Entrevista realizada no dia 29 de março de 2021, através do Google Meet, Pombal-PB

<sup>140</sup> Trecho da entrevista oral concedida por Rosália Alves de Oliveira Silva, 67 anos. Agricultora. Entrevista realizada no dia 26 de março de 2021, através do Google Meet, Pombal-PB



A todo instante esses espaços que agregam as festividades ofereciam riscos às mulheres. Riscos de serem agredidas, violentadas, como o risco de ficarem mal vistas diante dessa sociedade patriarcal. Em seus relatos, vimos aquilo que Bourdieu (2002) discute como a instituição de um sistema de pensamento que vai se enraizando nas relações, na mente das próprias mulheres que eram agredidas, pois em seus discursos é quase que uma regra as mulheres não verem essas práticas violentas como uma ação que fere sua integridade.

Mas ao mesmo tempo vemos no relato oral de Cassia Maria, em relação como ela compreendia as mulheres que realizavam o “corte”, como uma forma de se impor perante um sistema de dominação e superioridade masculina: “*Ai, eu achava o máximo (risos), eu achava bonito porque era a forma dela dizer que não tava gostando daquilo, eu achava toda vida. Eu concordava, eu só não fazia porque mãe não deixava (longos risos)*”.<sup>141</sup>

Mesmo ela concordando que a mulher poderia se negar e se impor, vemos em sua fala que ela “*não fazia porque mãe não deixava*”. Ou seja, a mulher não era apenas vítima, por mais que houvesse códigos reguladores acerca do comportamento feminino, existiam mulheres que não concordavam com tais imposições, mas mesmo assim tinham que seguir por respeito e obediência aos pais, por estarem incluídas numa sociedade patriarcal, onde a todo momento encontra-se o controle do feminino.

Mas o “corte” se apresentavam também como um elemento de resistência. Pois da forma que existiam mulheres que dançavam com todos os homens que a convidasse, para evitar constrangimentos e confusões, existiam as mulheres que resistiam. A negação ao homem nessa pesquisa se apresenta como uma forma de resistir a dominação masculina nesses espaços festivos.

### **Considerações finais**

Entretanto, diante dos aspectos das relações entre gêneros apresentados nessa pesquisa, compreendemos que a submissão feminina, a construção e a validação desses papéis atribuídos ao “ser feminino” e ao “ser masculino” estão estritamente ligadas as relações de poder, as questões econômicas, culturais e principalmente sociais, que ditam formas de agir e pensar que cada sociedade passa a praticar e institucionalizar como normas a serem seguidas.

<sup>141</sup> Trecho da entrevista oral concedida por Cassia Maria Ramos de Sousa Nobrega. 50 anos. Agricultora. Entrevista realizada em 02 abril de 2021, em sua residência no Sítio Riachão, município de Pombal-PB.



A partir da pesquisa de campo e em contato com as entrevistadas, entendemos como um momento de descontração agregava questões sociais a serem levantadas e discutidas, como: a violência física e simbólica contra as mulheres que se negavam a dançar nessas festas. Foi necessário se debruçar sob os teóricos especialistas na área de pesquisa, como Joan Scott (1990) e Pierre Bourdieu (2002) para o entendimento de conceitos elaborados por eles e assim buscar analisar e escrever as relações de moradores rurais em suas vidas cotidianas. Foi essencial trabalhar com os conceitos de gênero e violência simbólica para o questionamento levantado no objetivo desta pesquisa.

A história oral como método de pesquisa assumiu um instrumento essencial no objetivo de compreender as construções sociais, os cotidianos, as relações entre gêneros e suas representações coletivas e individuais. A história oral nos possibilitou entender as vivências e as relações entre os moradores dessas comunidades rurais e, assim, produzir a história sobre seus momentos de lazer e suas relações.

Observamos as continuidades e rupturas de algumas práticas, principalmente como as relações entre gêneros eram estabelecidas ao longo dessas três décadas estudadas entre 1960 a 1980, onde foi realizada entrevistas orais com mulheres que frequentavam essas festas e em idades diferenciadas, com o intuito de nos dar pista dessas relações, suas mudanças e permanências.

Percebemos diversos momentos ao longo das festas que caracterizavam essas violências contra as mulheres: aspectos como as normas do dançar, e comportamentos, ditados principalmente às mulheres. Desta forma formulava-se a identidade de gênero dessas comunidades e seus papéis sociais. E os fatores que ocasionavam essas violências eram de uma forma mais simbólica, quase que imperceptível para as frequentadoras, e de uma forma mais concreta com o uso excessivo de bebidas alcoólicas, que desencadeava no ato da violência física em si.

Concluimos que o sistema patriarcal impõe formas de condutas, de comportamentos e valores, tanto para homens como para as mulheres. Mas vemos nesse texto que a partir de mecanismos bem definidos que os homens buscavam a todo momento afirmar a dominação sobre as mulheres, seja no âmbito doméstico, do lar, como em espaços públicos. E assim cada vez mais legitimando a submissão e inferioridade imposta às mulheres, que se desencadeou a naturalização desses discursos de dominação e subordinação entre os gêneros feminino e masculino construído ao longo do tempo.



Mas uma vez repito, é aquilo que Bourdieu (2002) teoriza como um sistema de pensamento enraizado e inquestionável pelo opressor e pelo oprimido. O desenvolvimento da sua ideia do que seria a violência simbólica: como uma agressão que pode ser psicológica ou social que fere e ofende o outro, que nesse caso é contra as mulheres. O sistema patriarcal é violento e abusivo em todas as suas vertentes.

**Data de Submissão:** 26/02/2022

**Data de Aceite:** 24/05/2022

### Referências

ALBERTI, Verena. **Ouvir Contar:** Textos em História Oral. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004, p. 14.

BOURDIEU, P.F. **A dominação masculina.** Tradução de Maria Helena. . ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. p. 160.

BRASIL. **Constituição da República Federal do Brasil**, de 05.10.1988. Brasília, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 09 jul. 2017.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história.** Rio de Janeiro. 2.ed. 2000.

FEITOSA, S.M; LIMA, M.G; MEDEIROS, M.G. PATRIARCADO E FORRÓ: UMA ANÁLISE DE GÊNERO. **Diásporas, Diversidades, Deslocamentos**, v. 9, p. 1-9, 23 a 26 de agosto 2010.

SCOTT, Joan. **Gênero:** uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade. Porto Alegre, p. 05-17, 1990.

ZALUAR, Alba. **História da vida privada no Brasil:** contraste da intimidade contemporânea. Para não dizer que não falei do samba: os enigmas da violência no Brasil. São Paulo, v.4, p. 245-254, 1998.

### Fontes Orais

FERNANDES, E.D. **Edileusa Dantas Fernandes:** depoimento [mar. 2021]. Entrevistadora: Vanessa Kelly de Sousa Nobrega. Pombal, 2021. (29 min 10s). Entrevista concedida para elaboração de trabalho de conclusão de curso da entrevistadora.

LIMA, M.N. **Maria Nobrega Lima:** depoimento [abr. 2021]. Entrevistadora: Vanessa Kelly de Sousa Nobrega. Pombal, 2021. (53 min 5s). Entrevista concedida para elaboração de trabalho de conclusão de curso da entrevistadora.

NOBREGA, C.M.R.S. **Cassia Maria Ramos de Sousa Nobrega:** depoimento [abr. 2021]. Entrevistadora: Vanessa Kelly de Sousa Nobrega. Pombal, 2021. (27 min).

Entrevista concedida para elaboração de trabalho de conclusão de curso da entrevistadora.

SILVA, R.A.O. **Rosália Alves de Oliveira Silva**: depoimento [mar. 2021]. Entrevistadora: Vanessa Kelly de Sousa Nobrega. Pombal, 2021. (25 min). Entrevista concedida para elaboração de trabalho de conclusão de curso da entrevistadora.

